

ESCOLA CIDADÃ: CONTEXTO, GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO**FERRACIOLI, Marcelo Ubiali*** – UNESP**GT-02: História da Educação****Agência Financiadora: CAPES**

Este estudo objetivou tratar da história da Escola Cidadã. Tal empenho requer que a atenção se volte para o momento histórico geral sobre o qual se enraizou e erigiu. Esta preocupação é indispensável em trabalhos teórico-científicos, tomando-se por pressuposto que quaisquer acontecimentos locais historicamente datados devam ser compreendidos dentro de contextos mais amplos. No caso da Escola Cidadã, a pesquisa aqui realizada foi feita resguardando-se sua especificidade, ou seja, deve-se investigar também a concepção pedagógica geral em que se insere. Essa é uma tarefa grande que pode ser continuamente enriquecida, contudo não foi intenção deste trabalho esgotá-la. Apesar da consolidação do Movimento da Escola Cidadã ocorrer na década de 1990, fez-se necessário focar primeiro a história brasileira das décadas de 1970 e 1980, buscando cobrir acontecimentos políticos e concepções pedagógicas relacionadas com os movimentos da educação popular e da pedagogia da libertação. Só então se apresenta a gênese, desenvolvimento e consolidação do que nos anos de 1990 veio a ser a Escola Cidadã.

Na década de 1970, segundo Hobsbawm (1995), a conjuntura política internacional passava por nova mudança. O capitalismo mundial chegava numa etapa de estagnação. As políticas keynesianas entraram em declínio e o neoliberalismo de Hayek passara ao primeiro plano no curso da política de controle do capital mundial. As antigas estruturas estáveis da política nos países capitalistas democráticos começaram a desabar e o seu principal efeito “foi ampliar o fosso entre países ricos e pobres” (p. 413). Esta última etapa histórica do século XX foi chamada por este autor de Era do Desmoronamento, pois se caracterizou pelo gradual esvaziamento do papel do Estado no controle econômico, pela privatização de instituições e serviços públicos e pela precarização de direitos, seguridade e previdência social.

No Brasil o Estado de Bem-estar nunca se fez efetivo e, por isso, as conseqüências das políticas neoliberais foram muito mais arrebatadoras. Na segunda metade dos anos de 1970 a sociedade civil brasileira cresceu e diversificou-se. Apesar de medidas tomadas pelo governo militar de então para recuperar a legitimidade, os protestos oposicionistas se multiplicaram, atingindo seu ápice com a campanha pelas eleições diretas para presidente, em 1984. Este período foi nomeado por alguns de

* Orientadora: Alessandra Arce.

“abertura democrática”, mas esta terminologia recebeu questionamentos, já que a emenda das “Diretas já” para eleição presidencial foi derrotada no Congresso Nacional e o governo do novo presidente Sarney fora marcado pelo alto grau de autonomia das Forças Armadas dentro do aparelho do Estado.

De qualquer forma, como apontou Germano, foi significativa a mobilização de diversos movimentos sociais diante da efervescência política da época, dentre eles os relacionados à educação. A discussão sobre a condução democrática do Estado e de suas políticas estava em voga. Minto (2005) diz que “a principal demanda era a de um aumento do controle público sobre o Estado, bem como a atenção às necessidades sociais negligenciadas pela Ditadura” (p. 8), dentre elas ganhou destaque a questão da gestão democrática em educação.

Ao mesmo tempo, no campo das idéias pedagógicas, Saviani (2007) demonstra que depois de um período dominado por teorias crítico-reprodutivistas, o objetivo passara a ser a elaboração de alternativas educacionais contra-hegemônicas. Uma delas centrava-se no saber do povo e na autonomia de suas organizações. Dentro desta, alguns chegaram a ficar à margem da estrutura escolar, mas houve aqueles que se dirigiam à escola como lugar de educação e buscavam fazer dela espaço de máxima expressão das idéias populares e do exercício da cidadania. Aqui está o germe da Escola Cidadã. Ela se originou da tendência voltada ao saber e autonomia do povo, mais especificamente na vertente das pedagogias da “educação popular” preocupadas em fazer da escola meio de conscientização, inspirada “na concepção libertadora formulada e difundida por Paulo Freire” (SAVIANI, 2007, p. 413).

Mas apenas isto não basta para uma compreensão do cenário educacional da Nova República e do profundo enraizamento da Escola Cidadã no mesmo. Minto (2005), em referência aos efeitos desse processo no campo educacional, afirma que os debates sobre gestão democrática da educação fizeram surgir o tema da participação, que remonta às lutas dos movimentos de educação popular do início dos anos 1960 – momento de surgimento da pedagogia freireana. Tais debates e disputas levaram a uma maior clareza do papel político desempenhado pela educação escolar. A gestão democrática da escola assume posição central nas discussões sobre sua função na sociedade.

É no bojo destes aspectos da política e da teoria educacional brasileira na década de 1980, que ocorre a gênese da Escola Cidadã propriamente dita. No ano de 1984, Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão, pensadores integrados aos movimentos de “abertura” da época e que compartilhavam dos princípios educacionais freireanos,

elaboraram a primeira versão de *O Projeto da Escola Cidadã: a hora da sociedade*, estudo que deu sentido formal e inaugurou muitos outros trabalhos acadêmicos e eventos educacionais dentro da mesma temática (GADOTTI, 2006). No ano de 1989, em artigo acadêmico de Genuíno Bordignon, a expressão “Escola Cidadã” apareceu pela primeira vez na literatura pedagógica nacional, no texto intitulado *A Escola Cidadã: uma utopia multiculturalista*, da Revista Educação Municipal (GADOTTI, 2006).

Foi mergulhado neste momento histórico que se fundou o Instituto Paulo Freire, no ano de 1992, sediado na cidade de São Paulo. Era uma associação civil e sem fins lucrativos que constituiu uma rede internacional de pessoas e instituições, representado por um Conselho Internacional. Teve como patrono e fundador Paulo Freire e como diretor Moacir Gadotti, que ocupa esta posição até hoje (INSTITUTO PAULO FREIRE, s/d). É por meio desta instituição que se produz grande parte do material teórico e das iniciativas práticas relacionadas ao Movimento da Escola Cidadã. Também foi neste período que Gadotti recebeu o título de Professor Titular em Organização do Trabalho na Escola, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que resultou na publicação, também em 1992, do livro *Escola Cidadã* (GADOTTI, 2006). Nesta obra foram consolidados os fundamentos e finalidades deste movimento, expressos por seu autor no chamado *Decálogo da Escola Cidadã*. Diante da fundação do Instituto Paulo Freire e da sistematização teórica feita principalmente por Gadotti e Romão, entre outros colaboradores, pode-se dizer que a Escola Cidadã tornou-se a partir de então movimento nacional organizado, com expressão em vários pontos do país durante toda a década de 1990.

Para Saviani (2007) esta readequação pode ser denominada “abordagem neoliberal das políticas públicas”, consumada na Reforma do Estado de então. Como deixa claro Minto (2005), qualquer avanço da Constituição Federal de 1988 “transforma-se em mera ficção e recorre-se ao uso de formas, não menos ditatoriais, de exercício do controle sobre o poder estatal” (p. 13). O dado histórico de que tamanho desmonte público tenha acontecido logo em seguida de um dos períodos de maior mobilização social do país gerou “um efeito dissipador das forças que lutaram pela democratização nas décadas anteriores”, pois no lugar da ditadura “não sobreveio a democracia, mas um regime que deu continuidade ao velho esquema elitista de dominação política” (MINTO, 2005, p. 13-14).

No que se refere às idéias pedagógicas, Saviani (2007) identifica nos anos de 1990 um refluxo de todas as pedagogias contra-hegemônicas, em função do

aprofundamento dessas mesmas políticas. Os próprios educadores passam a assumir o discurso de fracasso da escola pública. Um elemento que evidencia tal inflexão de idéias é a interferência internacional de organismos multilaterais na educação, não apenas no financiamento ou gestão, mas também e com igual importância na elaboração e proposição de concepções especificamente educacionais e pedagógicas. Um exemplo marcante é o chamado “Relatório Jacques Delors” e os seus pilares da educação, publicado em 1996 pela UNESCO (DELORS, 1998). Este documento, conforme analisa Duarte (2006), foi redigido com a intenção de elaborar diretrizes pedagógicas para a educação mundial no século XXI, sendo uma medida atrelada às demais de manutenção das políticas neoliberais.

Pode-se afirmar que a Escola Cidadã propõe-se a lidar com todas estas demandas, já que não está e nem poderia estar aparte deste contexto. Como dito, este movimento se torna, nos anos de 1990, a remanescência de maior destaque entre as pedagogias da “educação popular” e da pedagogia da libertação.

[...] Provavelmente sua expressão mais sistematizada e de maior visibilidade na década de 1990 foi a proposta denominada Escola Cidadã, formulada por iniciativa do Instituto Paulo Freire [...]. De certo modo, é possível observar que essa proposta procura inserir a visão da pedagogia libertadora e os movimentos de educação popular no novo clima político (neoliberalismo) e cultural (pós-modernidade) [...]. (SAVIANI, 2007, p. 421)

Ao contrário do que aconteceu com os movimentos sociais em geral nos anos de 1990, os autores da Escola Cidadã afirmam que esta, ao invés de refluir, só cresceu e fortaleceu-se. No ano de 1997, o IPF realizou o Programa Construindo a Escola Cidadã: Projeto Político-Pedagógico (INSTITUTO PAULO FREIRE, s/d; GADOTTI, ROMÃO, 2001), no qual foram elaborados sete programas televisivos integrantes da série Um Salto para o Futuro, transmitidos pela TVE-Rio de Janeiro. Com a participação de Gaudêncio Frigotto como mediador das discussões, foi a partir da reunião dos debates e textos destes programas que se editou o primeiro volume da coleção Guia da Escola Cidadã, intitulado *Autonomia da Escola: princípios e propostas*, organizado por Gadotti e Romão. Publicações posteriores da série ocorreram todos os anos desde então, sejam em volumes inéditos ou em novas edições de volumes já lançados e rapidamente esgotados.

Gadotti, na 11ª edição revista e ampliada do livro *Escola Cidadã*, publicada em 2006, fez um relato e balanço do Movimento da Escola Cidadã. Nele comemora os 15

anos deste projeto, seus inúmeros avanços e desafios por vir. Como marco deste momento, Gadotti apresenta o *Novo Decálogo da Escola Cidadã*, atualizando o decálogo anterior frente às mudanças no cenário político-partidário brasileiro (GADOTTI, 2006). Os princípios contidos no decálogo, assim como nos demais textos do Guia da Escola Cidadã não foram analisados aqui, tornando-se importante ressaltar que estes conteúdos merecerão atenção em futuras pesquisas.

Referências

DELORS, Jacques. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez / Brasília: MEC:UNESCO, 1998.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, 296p. (Coleção Educação Contemporânea).

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006, 120p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 24).

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001, 166p. (Guia da Escola Cidadã, v. 1).

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598p.

INSTITUTO PAULO FREIRE. s/d. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. *Administração escolar no contexto da nova república (1984...)*. Campinas, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007, 472p. (Coleção Memória da Educação).